

RESUMOS DE DISSERTAÇÕES E TESES

1. Mestre: Ana Patrícia Racki Wisniewski

Data da defesa: 27 de março de 2015

Título da dissertação: A legitimidade das identidades de gênero não binárias e o reconhecimento de suas demandas como reivindicações de Direitos Humanos

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Banca Examinadora: (i) Prof^a. Dr^a. Fernanda Frizzo Bragato (orientadora) (UNISINOS); (ii) Prof. Dr. Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB); e (iii) Prof. Dr. Luis Gustavo Gomes Flores (UNISINOS)

Resumo: Este trabalho contempla a análise das identidades de gênero não binárias e de suas demandas sob o prisma da teoria crítica dos direitos humanos, tendo como objetivos primários 1) a demonstração das insuficiências do sistemas cisnormativo como delimitador dos padrões identitários da pós-modernidade e 2) a legitimidade destas identidades não binárias e a caracterização (necessária) de suas demandas como pautas de direitos humanos. Analisando a trajetória histórica do conceito de gênero e a forma como o ideal distorcido de racionalidade, que alimenta a noção de sujeito de direitos, restou forjado e internalizado como produto de um discurso hegemônico e excludente no seio social, verificamos a vinculação destas duas premissas na produção do modelo ideal de pessoa admitido pela maioria política na delimitação daquele que é ou não digno de direitos. E, por reflexo, na forma como esta construção interfere na realização plena de garantias fundamentais mínimas para as pessoas transexuais. Em atenção aos objetivos da pesquisa, as violações sofridas pelos seus sujeitos são narradas através da exemplificação das principais agressões por eles experimentadas: desrespeito ao nome social; proibição de frequentar e utilizar determinados espaços; prostituição compulsória e, ainda, patologização de suas identidades. Tudo no sentido de demonstrar que as leituras majoritárias, no âmbito do direito, acerca das realidades trans, na atualidade, se mostram - consideravelmente

- equivocadas e inadequadas e em pouco ou quase nada contribuem para a garantia e efetivação de seus direitos mínimos. As análises rechaçadas destacam-se por exotificar, hipersexualizar, marginalizar e relegar estas pessoas a meros objetos de estudos, deixando de considerar a transexualidade como aquilo que efetivamente é: uma legítima manifestação da identidade de gênero humana.

Palavras-chave: identidade; gênero; direitos humanos; transexuais; legitimidade

2. Mestre: Arion Escorsin de Godoy

Data da defesa: 13 de março de 2015

Título da dissertação: A cidade como ambiente das reivindicações cidadãs por moradia e o papel de mediação política e jurídica da Defensoria Pública

Instituição: Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Banca Examinadora: (i) Prof. Dr. Enzo Bello (orientador) (UCS); (ii) Prof^a. Dr^a. Mara de Oliveira (UCS); (iii) Prof^a. Dr^a. Betania de Moraes Alfonsin (PUCRS); e (iv) Prof. Dr. Clóvis Eduardo Maliverni da Silveira (UCS)

Resumo: A pesquisa exhibe uma análise referente à interação entre espaço urbano e cidadania, focando na atuação da Defensoria Pública como instituição mediadora do processo político, social e jurídico de reivindicação do direito à moradia, pretendendo estabelecer uma reflexão de fundo sociológico e jurídico. O problema de pesquisa consiste em identificar o papel da Defensoria Pública, destacadamente no que toca às modalidades/possibilidades de atuação, como instituição estatal, na mediação dos conflitos urbanos de reivindicação da concretização da moradia digna pelos grupos vulneráveis. A hipótese central baseia-se na afirmação de que os processos judiciais que tratam da reivindicação do direito à moradia por pessoas vulneráveis não se revelam exitosos, de forma que deve a Defensoria Pública, enquanto instituição de acesso ao sistema de justiça, buscar alternativas extrajudiciais de pleitear o direito em questão, estando sempre atenta às peculiaridades culturais que compõe a cidadania brasileira e que formam seu

público assistido. Considera-se que objeto teórico de pesquisa envolve as noções de cidadania, espaço urbano e moradia, que foram cotejadas com o objeto real representado pela Defensoria Pública, enquanto mediadora dos processos de reivindicação de moradia por meio do Direito. O recorte temporal efetuado se deu com ênfase a partir do ano 2000, momento em que a moradia foi alçada à categoria de direito fundamental. A pesquisa se enquadra na vertente jurídico-sociológica, sendo empregado o raciocínio dedutivo. Para tanto, analisam-se as dinâmicas próprias da cidadania no contexto nacional, almejando vinculá-la à efervescência social e política da cena urbana contemporânea. Ao final, debate-se sobre a inserção da Defensoria Pública nesse instável cenário, sempre cotejando as previsões normativas com a realidade vivenciada a fim de não nos perdermos em um dogmatismo etéreo.

Palavras-chave: Cidadania; Conflitos urbanos; Direito à moradia; Defensoria Pública

3. Doutora: Clarisse Stephan Farah Jorge

Data da defesa: 25 de novembro de 2015

Título da tese: Negócios sociais e colaborativos - Um estudo sobre sociedades empresárias e novas instituições

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF)

Banca Examinadora: (i) Prof. Dr. Marcus Fabiano Gonçalves (orientador) (UFF); (ii) Prof. Dr. Napoleão Miranda (Coorientador) (UFF); (iii) Prof. Dr. Gilvan Luiz Hansen (UFF); (iv) Prof. Dr. Carlos Eduardo Frickmann Young (UFRJ); e (v) Prof. Dr. Marcelo Pereira de Almeida (UNESA)

Resumo: A presente pesquisa tem como escopo buscar compreender os novos arranjos produtivos denominados como negócios sociais e negócios colaborativos, traçando um paralelo entre esses e as tradicionais formas de organização empresária estabelecidas pelo sistema do Direito, a fim de se buscar avaliar se estas novas instituições são capazes de cumprir melhor a

função social da empresa, como será aqui delineada, do que normalmente se verifica pela atividade dos tipos societários tradicionais. Procura-se, com esse o recorte do objeto, analisar em que segmentos de mercado esses negócios têm maiores chances de êxito e quais as principais decorrências econômicas, sociais, culturais e jurídicas trazidas por essas organizações produtivas que propõem uma forma de produção de riqueza mais democrática e autogestionária. Além disso, intenta-se analisar e propor possibilidades de interação entre esses novos formatos produtivos com as sociedades empresárias tradicionais por meio de suas ações de responsabilidade socioambiental e/ou como uma manifestação de sua função social; e buscar responder como poderiam os negócios sociais e colaborativos ser fomentados pelo Estado, e como isso repercutiria sobre a sua natureza jurídica.

Palavras-chave: Negócios Sociais; Negócios Colaborativos; Função Social e Responsabilidade Socioambiental Empresarial; Economia Crativa; Intervenção Estatal

4. Mestre: Gladstone Leonel da Silva Júnior

Data da defesa: 8 de dezembro de 2014

Título da dissertação: A Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia como um instrumento de hegemonia de um projeto popular na América Latina

Instituição: Universidade de Brasília (UnB)

Banca Examinadora: (i) Prof^a. Dr^a. Alejandra Leonor Pascual (orientadora) (UnB); (ii) Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Júnior (UnB); (iii) Prof. Dr. Alexandre Bernardino Costa (UnB); (iv) Prof. Dr. Rubén Martínez Dalmau (UV/Espanha); (v) Prof. Dr. José Luiz Quadros de Magalhães (UFMG); e (vi) Prof. Dr. Alexandre Araújo Costa (UnB) (Membro Suplente)

Resumo: O ano de 2009 apresenta uma novidade na dinâmica político-jurídica latino-americana: uma Constituição concebida para um Estado que se declara Plurinacional, sendo assim promulgada a Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia. Esta pesquisa apresenta os conceitos trabalhados ao longo da tese, por meio de uma perspectiva transformadora e, em

parte, de uma epistemologia do sul. Ademais, discute o contexto sociopolítico boliviano no século XX para adentrar a análise da atualidade. Todo o quadro exposto é permeado pela análise do Direito, do Estado e, sobretudo, da Constituição como categorias ontologicamente liberais, ainda utilizadas. Contudo, apresenta-se a crítica liberal e o novo constitucionalismo latino-americano é situado como uma percepção jurídica adequada ao contexto insurrecional boliviano. Alguns pontos centrais como democracia, autonomia, jurisdições, descolonização e economia são abordados tanto no que se refere ao texto constitucional, quanto ao exercício no período pós-constitucional. Dessa forma, é possível ter um panorama geral a respeito da profundidade das transformações políticas e jurídicas no país referido, suas contradições atuais, e verificar até que ponto a Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia serve como um instrumento de um projeto popular na América Latina.

Palavras-chave: Constituição; Estado Plurinacional da Bolívia; hegemonia; projeto popular; América Latina

5. Mestre: Viviane Grassi

Data da defesa: 27 de março de 2015

Título da dissertação: Gestão de riscos ecológicos na exploração de petróleo na camada do pré-sal: as tomadas de decisão a partir do princípio da precaução

Instituição: Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Banca Examinadora: (i) Prof^a. Dr^a. Maria Carolina Rosa Gullo (orientadora) (UCS); (ii) Prof^a. Dr^a. Liane Francisco Hüning Pazinato (UCPEL); (iii) Prof. Dr. Agostinho Oli Koppe Pereira (UCS); e (iv) Prof. Dr. Leonardo da Rocha de Souza (UCS)

Resumo: A presente pesquisa trata da gestão de riscos ecológicos na exploração de petróleo na camada do pré-sal, com enfoque na incidência do princípio de precaução, bem como na abertura dos processos decisórios à participação da sociedade. O trabalho começa com a análise dos instrumentos definidores da matriz energética advinda do petróleo brasileiro, no contexto da

recente descoberta de grandes fontes desse combustível fóssil. Pretende contribuir com a reflexão crítica sobre a possibilidade de redução dos riscos ecológicos por meio da participação social, diante das incertezas científicas decorrentes das técnicas para exploração deste recurso. A análise utiliza as lentes teóricas do princípio da precaução, avalia os instrumentos participativos promovidos pela ANP (audiências e consultas públicas), após a descoberta do petróleo da camada do pré-sal. Para dar resposta ao anseio inicial foi utilizado o método indutivo, que contemplaram: a pesquisa bibliográfica, no sentido de oferecer embasamento teórico acerca dos princípios de direito ambiental aplicáveis; a pesquisa legislativa, apresentando de maneira panorâmica o marco regulatório; e a pesquisa documental e exploratória a partir das publicações oficiais dos comitês e conselhos de Ministérios e agências reguladoras, acerca da gestão de riscos, no contexto dos processos decisórios na matriz energética petrolífera. Verificou-se que, além de não haver incentivo público para a participação da sociedade nos processos decisórios na Produção e Extração (P&E) de petróleo, não há participação efetiva em audiências/consultas públicas da sociedade. Nestes procedimentos, de acordo com as sumulas pesquisadas, há apenas a participação de representantes de petrolíferas nacionais e internacionais, institutos e associações da iniciativa privada e da Petrobrás. Concluiu-se que há um déficit de participação popular na tomada de decisões em políticas públicas concernentes à matriz energética.

Palavras-chave: Risco Ecológico; Petróleo; Princípio da Precaução; Tomadas de decisão; Controle social